

(Transcrição)

Castelgandolfo, 5 de abril de 2001

Quatro aspectos essenciais da Economia de Comunhão

Caríssimos empresários,
trabalhadores e dirigentes das empresas da Economia de Comunhão,
professores e estudantes,
membros das Comissões da Economia de Comunhão
e dos bureaux da Economia e do trabalho,
senhoras e senhores,

estamos aqui para aprofundar a incipiente, mas importante atividade econômica que começou em 1991, no Movimento dos Focolares, e que, por enquanto, se desenvolveu quase exclusivamente em seu âmbito. Seu nome é "Economia de Comunhão".

Neste Congresso, ela será estudada, aprofundada, esmiuçada segundo as várias competências que os senhores empresários, professores de economia, estudiosos, possuem.

Pessoalmente, desejo apresentar algumas idéias sobre o aspecto espiritual característico que está na sua base, desde que a Economia de Comunhão surgiu em São Paulo, no Brasil, e que a animou e anima, que a sustém e deverá sustentar sempre, garantindo a sua autenticidade.

[...]

Mas quais e quantas foram as sugestões, as intuições, inclusive as inspirações que orientaram até aqui a Economia de Comunhão? Muitas delas são muito significativas.

[...]

Trata-se de examiná-las com atenção, todos nós juntos, para interpretá-las de modo correto e atuá-las com grande fidelidade. Elas se referem à finalidade da Economia de Comunhão, isto é: ao objetivo pelo qual nasceu; à "cultura da partilha", que lhe é típica; aos "homens novos", que não podem faltar na sua gestão; às "escolas de formação" para homens e mulheres "novos", imprescindíveis, que devem ser previstas.

A finalidade

A finalidade da Economia de Comunhão é indicada pelo seu nome: é uma economia que se ocupa da comunhão entre os homens e dos bens.

De fato, sendo a Economia de Comunhão um fruto do nosso Ideal, a sua finalidade só pode ser uma expressão parcial da finalidade peculiar do nosso Movimento, isto é: deve trabalhar em vista da unidade e da fraternidade de todos os homens, exigidas por esta oração de Jesus ao Pai: «Que todos sejam um», tornando-se, assim, um só coração e uma só alma, devido à caridade recíproca.

A unidade pode ser realizada por meio da nossa típica "espiritualidade da unidade".

[...] Vemos que a finalidade da Economia de Comunhão está presente desde 1991, ano da sua criação, num escrito em que se lê:

«Para a glória de Deus ela surgiu, a fim de reviver o espírito e a praxe dos primeiros cristãos: "A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Entre eles ninguém passava dificuldades" (cf. At 4,32.34.)».

E, em 1994, salienta-se:

«Se atuarmos a Economia de Comunhão, com o tempo veremos realizada, na nossa Obra, uma maravilhosa página da Igreja nascente: "A multidão (...) era um só coração e uma só alma (...), tudo era posto em comum entre eles. (...) E ninguém passava dificuldades" (At 4, 32-34)».

Aliás, no ano de 1994, desejando recordar sempre a importância da Economia de Comunhão e a sua finalidade, aproveitou-se para evocar os seus primeiros passos, de modo que não perdesse o seu brilho. Vou ler esse escrito para que ele nos ajude também hoje:

«Quando anunciamos a Economia de Comunhão, em 1991, o Movimento inteiro teve um frêmito de alegria, e todos ficamos convencidos e entusiasmados. Era evidente, para nós, que, numa mesma casa (a Obra) não podiam viver pessoas com fome e pessoas que têm o que comer.

Então, colocamos à disposição terrenos e casas; nós nos desfizemos de objetos de estimação: jóias de família, por exemplo; pensamos em diversas formas que pudessem orientar as empresas segundo as finalidades da Economia de Comunhão. Foi um espetáculo de amor não só na Itália, mas também no mundo».

No ano seguinte, sempre para atuar melhor a finalidade da Economia de Comunhão e encorajar a sua atuação, apresentamos os nossos irmãos e irmãs que foram beneficiados por ela:

«Mas quem são esses nossos irmãos?

Eu os conheço, pois vi suas fotografias sorridentes, cheios de dignidade, orgulhosos por serem filhos de Deus e dessa Obra.

Não lhes falta tudo, mas alguma coisa.

Precisam, por exemplo, livrar-se da extrema preocupação que os oprime noite e dia.

Precisam ter a certeza de que eles e seus filhos terão o que comer; de que a sua casa, por vezes um barraco¹, um dia vai melhorar; de que os filhos poderão continuar a estudar; de que aquela doença, cujo tratamento é adiado por ser muito caro, até que enfim poderá ser curada; que o pai poderá encontrar um emprego.

Sim, são esses os nossos irmãos necessitados, que, muitas vezes, ajudam outros de alguma forma. São um tipo de Jesus bem determinado, que merece o nosso amor e que, um dia, nos repetirá: "Tive fome, estava nu, não tinha casa ou estava com a casa aos pedaços... e vocês..." Sabemos o que nos dirá».

Conhecemos, portanto, a finalidade da Economia de Comunhão. Mas de que modo atingi-la?

A cultura da partilha

Nos nossos ambientes, nos nossos Congressos sempre falamos sobre isso e nos parecem palavras lindas. Não são, talvez, o antídoto para a "cultura do ter" que hoje prevalece exatamente na economia? É claro que sim!

1 Uma barraca – para os portugueses;

Mas, às vezes, pode-se ter depositado uma confiança excessiva na expressão: «cultura da partilha», dando-lhe uma interpretação simplista e redutora. Nem sempre, de fato, ela significa despojar-se de algo para doá-lo. Na realidade, essas palavras exprimem aquela típica cultura que o nosso Movimento traz em si e irradia no mundo: a cultura do amor.

A "cultura do amor", daquele amor evangélico muito profundo e comprometedor, que é a síntese de toda a Lei e dos Profetas, por conseguinte de toda a Escritura, de forma que, quem quiser possuir esse amor, não poderá eximir-se de viver o Evangelho inteiro. De que modo? Eu o direi mais adiante.

Entretanto, constatamos que, em 1991, também escrevemos o seguinte sobre a "cultura da partilha":

«Ao contrário da economia consumista, baseada na "cultura do ter", a Economia de Comunhão é a economia da partilha.

Isso pode parecer difícil, árduo, heróico, mas não é verdade, porque o homem, feito à imagem de Deus, que é Amor, encontra a própria realização exatamente no amor, na doação.

Essa exigência está no mais profundo do seu ser, quer acredite em Deus ou não».

E, como conclusão:

«Exatamente essa constatação, comprovada pela nossa experiência, é a base da nossa esperança numa futura difusão universal da Economia de Comunhão».

Portanto, prevemos que, um dia, a Economia de Comunhão vá cruzar os confins do nosso Movimento.

Sempre a respeito da partilha, mas também das suas maravilhosas conseqüências, encontramos escritas no ano seguinte, em 1992, as seguintes afirmações:

«Doar, doar, atuar a "partilha". Fazer nascer, incrementar a "cultura da partilha". Doar aquilo que temos a mais ou até mesmo o necessário, se assim o nosso coração nos ditar. Doar a quem não tem, sabendo que esse modo de investir os nossos bens produz um rendimento desmedido, porque, quando doamos, abrimos as mãos de Deus. Ele, na sua providência, nos manda tudo de modo copioso, para podermos doar ainda e muito mais, e receber de novo, satisfazendo as infinitas necessidades de muitos».

A causa da Economia de Comunhão, porém, não requer unicamente o amor pelos necessitados, mas por qualquer pessoa, porque assim o exige a espiritualidade da unidade. Conseqüentemente, deseja que amemos todos os que trabalham na empresa. Escrevemos, por exemplo: «Doemos sempre; doemos um sorriso, a nossa compreensão, perdão, a nossa atenção; doemos a nossa inteligência, a nossa vontade, a nossa disponibilidade; doemos as nossas experiências e capacidades. Doar: que essa palavra não nos dê tréguas».

Em 1995, esclarece-se o mais profundo significado do doar:

«Mas o que é a cultura da partilha?

É a cultura do Evangelho, é o Evangelho, porque compreendemos o que é "doar" no Evangelho. Nele está escrito: "Dêem e será dado a vocês; colocarão nos seus braços uma boa medida, calcada, sacudida e transbordante" (Lc 6,38). E é o que experimentamos todos os dias.

Se todos vivessem o Evangelho, os grandes problemas do mundo não existiriam, porque o Pai do Céu interviria, realizando a promessa de Jesus: "e será dado a vocês".»

Durante esses anos, conhecemos fortes definições do significado mais elementar do que é doar, o doar concretamente, especialmente de certos santos.

«Ao faminto – diz São Basílio – pertence o pão que você guardou; ao homem nu, o manto que está no seu baú; aos pobres, o dinheiro que você escondeu.

As injustiças que você comete afetam todas as pessoas a quem você poderia ter doado tudo isso».

E Santo Tomás de Aquino: «Quando os ricos gastam para os seus fins pessoais o que lhes sobra e é necessário para a subsistência dos pobres, cometem furto».

Mas, encontrando-nos hoje com pessoas responsáveis pelas empresas, vou recordar outro escrito:

«Não basta um ato de caridade, fazer obras de misericórdia, o pequeno supérfluo de algumas pessoas (para atingir o nosso objetivo): é necessário que empresas inteiras, pequenas ou grandes, coloquem em comum, livremente, o próprio lucro».

Homens novos

No decorrer da década de 90, enfim, notamos a necessidade de formar "homens novos" para desenvolver a Economia de Comunhão.

Mas quem são esses "homens novos"?

Em primeiro lugar, são leigos. São aqueles leigos que, hoje, estão vivendo um momento privilegiado.

Creio que conhecemos aquelas sábias palavras do Antigo Testamento que dizem: «Debaixo do céu há momento para tudo e um tempo certo para cada coisa. Tempo para nascer e tempo para morrer. (...) Tempo para calar e tempo para falar. (...). Tudo o que Ele fez é apropriado para cada tempo» (Ecl 3,1-11).

Pois bem, que tempo é este em que nós vivemos? Que época é esta para a Igreja?

João Paulo II assim nos diz: «Na Igreja, hoje, é a hora dos leigos»². Assim sendo, este é o nosso tempo, de vocês, dos leigos.

Ora, dado que é Deus quem conduz a grande história do mundo e do universo e, ao mesmo tempo, a nossa pequena história, de suas criaturas, nós nos perguntamos: "O que Deus espera de nós, leigos, hoje?"

A resposta já foi dada pelo Espírito Santo de duas maneiras: por meio do Concílio Vaticano II e do nascimento dos novos Movimentos na Igreja.

A mensagem do Concílio é esta: os leigos devem se santificar onde se encontram, no mundo. Portanto, como operários, empregados, professores, políticos, economistas, motoristas, donas de casa, etc. E, ali onde estão, devem "cristianizar" (renovar com o Evangelho) os vários âmbitos da vivência humana: com o testemunho e com a palavra, porque o Espírito Santo concedeu aos leigos dons especiais para isso.

2 Cf João Paulo II, *Ai vescovi polacchi in visita ad limina*, 12 de janeiro de 1993, in "La Traccia" 1 (1993), p. 35;

Os vários Movimentos são, ainda, caminhos diferentes uns dos outros, que ajudam os leigos a realizar o que o Concílio requer deles: santificar-se, animando as realidades humanas.

Exatamente eles são os mais indicados para isso, por meio do Evangelho, vivendo integralmente o Evangelho.

De fato, os Movimentos têm essa característica: os seus membros são chamados à radicalidade da vida evangélica, a viver o Evangelho com autenticidade. É uma grande vocação que enaltece a sua dignidade.

E o Evangelho, graças a eles, pode realmente penetrar nos vários elementos dos mundos da economia e do trabalho, da política, do direito, da saúde, da escola, da arte, etc., transformando tudo, assim como acontece no nosso Movimento. Promovem uma economia nova, que coloca o homem no centro e destina uma boa parte dos lucros aos necessitados; ou uma política nova, em que se exige, como base da vida de cada político, o amor por todos, inclusive pelos membros do partido opositor, de modo que se compreendam e se completem. E, permanecendo fiéis às próprias aspirações e aos próprios compromissos, conseguem trabalhar juntos para salvar os invioláveis valores do homem, do bem comum.

Em 1998, num texto nosso, esclarece-se que eles são leigos, sim, mas são leigos especiais, com uma vocação que, provavelmente, aparece pela primeira vez no nosso planeta. Os conceitos são estes:

«Quando analisamos a Economia de Comunhão, temos que pensar num dos fatores que a faz ser tão bela, viva, como exemplo ao mundo: ela é suscitada e promovida por leigos.

Lembro que, antigamente, dizia-se que o leigo tem só que aprender.

Igino Giordani, por ser leigo, sentia-se um proletário na Igreja.

Hoje, após o Concílio Vaticano II e graças aos novos Movimentos, como o nosso, que teve sua origem entre os leigos, vemos o quanto o leigo é protagonista. Por quê? Porque está se descobrindo, com grande gratidão a Deus, com admiração e com uma ponta de surpresa, que sobretudo certos leigos, hoje, têm algo especial. Eles não se contentam em realizar-se só no trabalho, na carreira ou na simples vida de família. Isso já não lhes basta. Eles não estão satisfeitos, não se sentem autênticos se não se dedicam também e, de modo explícito, à humanidade.

Portanto, a própria decisão de trabalharem na Economia de Comunhão, em vez de ser um peso para eles é uma alegria, por terem encontrado o modo de se realizarem plenamente.

É um fato comovente! Eles poderiam colocar no bolso os lucros obtidos, comprar um casaco de pele para a esposa, novos presentes para os filhos, um carro para o filho... Mas não o fazem, pois vivem por um grande ideal e são coerentes. E não é que se santificam apesar da política, da economia, etc., mas justamente na vida política, na econômica, etc.

Que Deus os abençoe e lhes dê o cêntuplo já aqui nessa vida e, depois, a vida eterna».

E como são, ainda, esses "homens novos"?

São, acima de tudo pessoas de grande fé, porque possuem uma profunda vida interior. É o que se repete ainda em 1998.

«Se, trabalhando na Economia de Comunhão, vivemos o Evangelho, procuramos o seu Reino, porque nos relacionamos com os nossos operários, mas tratando-os de Jesus para Jesus; com os clientes, mas de Jesus para Jesus; com os concorrentes, mas de Jesus para Jesus; se

fizemos assim, o Eterno Pai cuidará de nós. E contemplaremos, no mundo da Economia de Comunhão, pequenos ou grandes milagres obtidos pela graça. Empresas que antes tinham três operários e passam a ter mais de duzentos... Indústrias que estavam para fechar e, para alimentar a esperança, decidem adiar essa decisão: «Deixemos para amanhã», e, em seguida, chegam todos os meios necessários para superar a crise.

Há Alguém, enfim, e outra caixa que não é aquela que temos no nosso escritório. É uma caixa que está no Céu e se abre no momento oportuno».

Em 1998 abrem-se também novos horizontes. A Economia de Comunhão exige novos passos e se vê como ela enobrece aqueles que nela trabalham e lhes dá dignidade.

«É preciso que a Economia de Comunhão não se limite a exemplificações, criando empresas novas, inspiradas nela, ilustradas por comentários de quem é mais ou menos competente. Ela deve tornar-se uma ciência, com a participação de economistas preparados, que saibam delinear a sua teoria e prática, confrontando-a com outras correntes econômicas, suscitando não só teses, mas Escolas que possam ajudar a muitos. Uma verdadeira ciência, que valorize quem deve demonstrá-la com os fatos e represente uma verdadeira "vocação" para quem nela se compromete de alguma forma».

[...]

Chiara Lubich